



## MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

### 02.07 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DOCUMENTOS PREVISIONAIS: ORÇAMENTO PARA 2023 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUINQUÉNIO 2023/2027

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 102050** datado de **2022.12.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2022.12.05, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta em epígrafe, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos referidos documentos, o qual foi previamente dado a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

---- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **56.524.250,00€** (cinquenta e seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta euros).-----

---- O processo encontra-se instruído com a informação registada sob o n.º 99.445/2022, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**. -----

---- (Aprovado em minuta)”. -----

----- Esteve presente, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira a fim de apresentar uma projeção síntese sobre os principais pontos da matéria em análise (ver processo arquivado na respetiva pasta). -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “A certidão da deliberação camarária da reunião de 5 de Dezembro último, onde foi aprovada a proposta de Orçamento e GOP, refere logo no início, grosso modo, que estes documentos resultam do trabalho dos serviços municipais, assim como das



sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores, dizendo-se ainda que foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição! -----

O MOVE não podia estar mais em desacordo com esta afirmação, na medida em que se é certo que foram pedidos os contributos do movimento para a elaboração dos Documentos Previsionais 2023, não deixa de ser menos certo que o documento preliminar, de que fala a citada deliberação da reunião da Câmara Municipal, nunca foi disponibilizada ao MOVE. -----

Sabemos que a lei é susceptível de interpretações diversas. -----

Mas também sabemos que o Estatuto do Direito de Oposição é claro ao salvaguardar um conjunto de direitos às minorias, designadamente quando refere, no n.º 3 do artigo 5.º do referido Estatuto, que os partidos políticos e os grupos de cidadãos eleitores representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, têm o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade. -----

Ainda que a expressão “*têm o direito de serem ouvidos*” possa dar azo a interpretações diversas, entendemos que este executivo municipal não se pode escudar nesta aparente ambiguidade da lei para violar regras estabelecidas, em última instância até a própria violação do princípio constitucional de oposição democrática que é reconhecido às minorias. -----

De resto, independentemente da interpretação que possamos fazer da citada norma, todos os dados apontam para que este executivo, na realidade, a tenha interpretado da forma correcta, mas ainda assim cumprindo o seu dever só pela metade, pois apesar de ter disponibilizado ao Partido Socialista os documentos preliminares de apoio ao orçamento, esqueceu-se de proceder do mesmo modo com o MOVE, e quiçá até com o CHEGA! -----

De qualquer forma, e dentro do prazo definido, o MOVE apresentou um conjunto vasto de propostas que entendeu pertinentes, pois está empenhado em contribuir de forma construtiva para a melhoria das condições de vida dos ourensenses. -----

Continuamos a acreditar que a partilha de ideias e propostas deve ser contínua no tempo, e não apenas uma estratégia eleitoralista. -----

A nossa principal preocupação e motivação continua a ser as pessoas, pelo que endereçámos ao Senhor presidente missiva contendo as nossas propostas, as quais foram apresentadas de forma genérica e sem quantificação orçamental, uma vez que não estávamos na posse de todos os dados e meios para a sua realização, pese embora tivéssemos a expectativa de que o



executivo pudesse pensar sobre elas e definir projectos que integrassem as nossas preocupações, colocando-se o MOVE disponível para participar de todas as formas possíveis. Dizer ainda que estamos num momento crucial no que se refere à gestão da energia, da água e da descarbonização, áreas abrangidas pelo PRR, o qual tem em conta estas necessidades e apoia projectos que visem estes objectivos. -----

Para tanto, considera o MOVE que muito há ainda a fazer relativamente a esta questão e que é fundamental a criação e execução de projectos nestas áreas. -----

Paralelamente, o MOVE propôs diversas medidas concretas, que têm vindo a ser publicadas nas suas redes sociais, que, julgamos, vão ao encontro das necessidades dos ourensenses, e que abrangem temas tão diversificados que vão desde a gestão da água e da energia, passando pelo ambiente, floresta, biodiversidade, saúde, acção social, habitação, cultura e associativismo, até às áreas ligadas ao património, arqueologia, acessibilidades, bem-estar animal e educação. -----

Resta-nos dizer que, no que ao Orçamento e GOP 2023 diz respeito, continuamos a ser confrontados com um documento pouco ambicioso, designadamente no que concerne a projectos de intervenção nas áreas da habitação, da assistência social, da energia ou da economia. Há que aproveitar melhor as novas competências que o município assumiu, definindo projectos inovadores e com impacto directo na vida das pessoas, que não sejam apenas feitos de betão – que, como é óbvio, também é preciso –, mas insuficientes face ao contexto actual em que vivemos. -----

Sobretudo, tendo presente o quadro macroeconómico complexo que se antevê para o próximo ano, em relação ao qual se impõe a adopção de medidas rápidas e concretas, sem as quais o futuro dos ourensenses será muito mais difícil. -----

Não querendo comprometer o futuro dos ourensenses, mas também não querendo passar um cheque em branco ao executivo da Câmara Municipal, o MOVE, por tudo o que ficou dito, decide **ABSTER-SE** neste ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Se alguém do Partido Socialista fosse um profissional da política e tivesse uma equipa de trabalho disponível para ver as antigas declarações, com certeza absoluta, imbuído do espírito natalício, ofereceria um presente ao senhor Presidente da Câmara, quando era oposição, sobre a questão do resultado líquido. O que não disse da governação do PS sobre os resultados líquidos negativos. Que era a



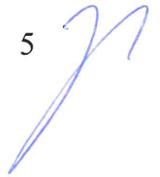
desgovernação financeira dos executivos, que era uma bandalheira. O que ele não disse. Quase que me apetecia ir à procura disso para lhe oferecer um presente de Natal. -----

Esta questão e reportando-me às palavras do Dr. Fernando Marques, em outro contexto, acho que todo este orçamento é uma formalidade. Porquê? Porque todos sabemos que isto não vai ser executado. É difícil? Sim. São contingências estranhas? São. A maneira como é feito o orçamento e a dificuldade de o fazer é grande, obviamente que sim. Aqui e em todos os municípios e em todo o lado. -----

Tentando desconstruir um bocadinho os números. Quando falamos em saldos de gerência, endividamento e saldos à ordem, nós também sabemos fazer as contas. Quando diz que está tudo cabimentado, sim, está tudo cabimentado, com o nível baixíssimo de endividamento que temos. Segundo as nossas contas, com um nível de endividamento muito baixo, ou seja, 50% do possível, o valor de participações que a Câmara teria de colocar, falamos em investimentos na ordem dos 130 milhões de euros, ou seja, com os saldos de depósito à ordem previstos, com o nível de endividamento médio, 50% do valor possível, com a participação do Município de 25% que, na esmagadora maioria dos casos é menor, umas vezes 20%, outras 15%, estamos a falar num investimento possível de 130 milhões de euros. -----

O facto inequívoco é que o Município está a cobrar aos ourensenses, dinheiro que não consegue gastar na melhoria da qualidade de vida. E, vimos que o quer continuar a fazer, no IRS, no IMI. Quer aumentar a cobrança de impostos deste ano em relação aos do ano passado, num ano difícil como este. -----

Outra questão. Um Município liderado pelo seu Partido, o Município de Braga, apresentou e orçamentou, e bem, a possibilidade de apoio às famílias que vão passar por dificuldades na questão dos empréstimos à habitação. Ourém não vai ser uma exceção nisso e acho que isso deveria estar previsto e orçamentado. Quando disse o ano passado e há dois anos que a COVID ninguém estava à espera, é uma verdade. Agora deste aumento de taxas de juro, das dificuldades das pessoas, toda a gente vai estar à espera. Não vejo nenhuma menção no orçamento, apesar de não ser um documento fácil de analisar, não vejo nenhum fundo de emergência municipal especial para isso. E, todos sabemos que isso vai acontecer. Vão haver famílias a passar muito mal com isso e isso deveria estar programado. Esse é o papel do Município. Depois, não venham dizer que se as pessoas tiverem dificuldades no dia a dia, nas refeições, ajuda-se. isso é caridadezinha, não o que se pretende. Deveríamos prever um fundo social. -----



Gostaria ainda que comentasse se acha que o saldo de gerência, 22% do valor global do orçamento, não lhe parece um valor excessivo. -----

Gostaria ainda de dizer que o grupo municipal do Partido Socialista vai votar contra ao Orçamento.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Exmos. Senhores Vereadores, -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Exmos. Senhores Funcionários, -----

Exmos. Convidados, -----

Exmos. Senhores representantes dos órgãos de comunicação social,

A todos aqueles que nos acompanham através da transmissão online desta sessão plenária, --

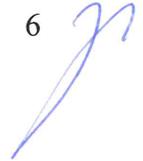
Minhas Senhoras, meus Senhores, -----

Volvido um ano do segundo mandato de governação municipal da Coligação PSD–CDS, apraz-nos a realização desta sessão plenária em jeito de balanço e de análise ao estado atual do município de Ourém. Parece-nos importante debater as tendências e dinâmicas existentes de modo a podermos dar também o nosso contributo. -----

Começo esta intervenção por, em nome do CDS-PP, congratular o executivo municipal pela forma exemplar e coerente do exercício da sua governação na condução dos destinos do município de Ourém. -----

Nenhum concelho consegue crescer e desenvolver-se com uma carga fiscal exagerada, pois acreditamos que a descida de impostos é uma condição fulcral para o crescimento pujante do tecido empresarial local e para que o nosso concelho se continue a afirmar como uma terra de oportunidades. -----

O CDS-PP sempre defendeu uma descida robusta em matéria de impostos municipais. Encontrando-se este executivo PSD-CDS no exercício de funções, vem assim aprovar a manutenção relativamente às taxas de IMI, incidente sobre a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do próprio e em função do número de dependentes que fazem parte do agregado familiar. -----



O facto de continuar a não ser aplicada a taxa máxima de IMI, em conjunto com a derrama e Partição Variável no IRS aprovados para 2023, em reunião camarária, significa, portanto, de que o Município abdica de um montante considerável do orçamento em prol de um equilíbrio financeiro para famílias e empresas ourensenses. -----

Em relação à Derrama sobre o IRC, foi aprovada, manter a Taxa geral de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), para as entidades com sede social na área do Município de Ourense e volume de negócios superior a 150 mil euros. Da mesma forma, foi aprovado também a Isenção na taxa para entidades com volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros. A proposta apresentada e aprovada contempla ainda manter a fixação da Taxa geral de 1,5% para Pessoas Coletivas (IRC), com sede social fora da área do Município de Ourense, embora operem no concelho. -----

As taxas e a isenção aprovadas, no que toca à Derrama, perspectivam a continuação de desagravamento em matéria de impostos, efetivo para as empresas. -----

Relativamente à Partição Variável no IRS, aprovado em reunião do executivo, destaca-se a permanência da taxa atualmente existente sobre os cidadãos em matéria de IRS em 5% para os sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município de Ourense, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior. -----

Estas medidas, além de incentivarem e apoiarem a atividade empresarial, certamente que serão um fator de atração para empreendedores e investidores, contribuindo para o aumento do bem-estar e qualidade de vida dos nossos municípios sendo este antecedente um fator para a afirmação de Ourense como um concelho verdadeiramente e cada vez mais um concelho amigo das famílias e das Empresas. -----

Enalteçamos também as medidas implementadas pelo Município no que toca à educação como garante do futuro da sociedade, e o Município assume um papel de responsabilidade na construção da estratégia municipal. -----

É com satisfação que observamos o empenhamento do executivo em suprir lacunas estruturais em alguns complexos infantis e escolares, contribuindo desta forma para o melhoramento das lacunas e condições dos equipamentos escolares, para que as nossas Crianças possam usufruir no seu percurso académico dos recursos necessários às suas necessidades. -----

Vem assim o grupo municipal do CDS-PP, dar o seu parecer favorável a este orçamento Municipal para o exercício de 2023. -----



Em virtude desta quadra festiva é tempo também de olhar para a frente, vislumbrar novos horizontes, e abrir o coração para sonhar, em meu nome e em nome do CDS-PP desejo a todos vós e a todos os Oureenses um santo e feliz Natal e um Ano Novo muito próspero!” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Este é o segundo orçamento Municipal deste exercício Autárquico, bem como das Grandes Opções do Plano para 2023/2027, norteado sempre pela prossecução dos objetivos estratégicos, isto é, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo de todo o Concelho. -----

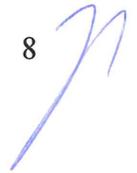
À semelhança do orçamento anterior, também este se revela na sua elaboração um exercício complexo, em função dos impactos deixados pela pandemia, acrescido, naturalmente, das consequências sobejamente conhecidas da Guerra abominável na Ucrânia, como do ambiente de incerteza em torno do curso da mesma, em todo o Mundo. -----

O impacto mais significativo na elaboração e apresentação deste orçamento é, certamente, o nível de inflação mais elevada observada em várias décadas, o que implica um aumento substancial de preços, nos sectores de energia, alimentação, contratos em curso, despesas de funcionamento e o incremento de despesas com pessoal, em função do aumento salarial induzido pela inflação que se verifica. -----

Perante tal cenário adverso e complexo, este orçamento persegue o rigor financeiro das contas certas, e o esforço ainda mais exigente na poupança da despesa corrente, de forma a libertar meios financeiros que permite respeitar os compromissos assumidos do passado e, continuar a construir o futuro e o desenvolvimento do nosso Concelho. -----

A materialização disso mesmo, são os grandes investimentos em curso neste orçamento, dos quais destacamos os mais impactantes: -----

- Construção do Centro Escolar de Atougua; -----
- Requalificação da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão (Caxarias); -----
- Construção do Edifício Multiusos de Caxarias, onde ficarão sediados o novo Centro de Saúde e a nova sede da Junta de Freguesia local; -----
- Requalificação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e da Rua Dr. Neves Eliseu em Ourém; -----
- Conclusão da 2.ª fase de requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira em Ourém, troço entre a Rotunda dos Álamos e a Rotunda das Freguesias; -----



- Requalificação do edifício do Complexo das Piscinas Municipais de Ourém, ao abrigo da Eficiência Energética do espaço; -----
- Construção da Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda; -----
- Beneficiação do troço da Estrada Nacional 360, na Freguesia de Fátima (zona limítrofe com o Concelho de Alcanena); -----
- Requalificação da Estrada da Gravia (Alqueidão-Pinheiro, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade); -----
- Requalificação da Estrada Regional 356, em Rio de Couros; -----
- Reposição de equipamentos e infraestruturas municipais, em resposta às consequências provocadas pelos incêndios de Agosto de 2022; -----
- Entre outros investimentos. -----

De forma a materializar todos os investimentos previstos, bem como da Despesa Corrente, o orçamento Municipal para 2023, atinge o valor de 56,5 milhões de euros tanto na Despesa como na Receita, o que significa um aumento de 2,6 milhões de euros e 4,8% face à previsão inicial de 2022. -----

Do total das Despesas, destaca-se o aumento das Despesas com Pessoal para 11,5 milhões de euros, ou seja, um aumento de 775 mil euros e 7,2% face a 2022, Aquisição de Serviços no valor de 10,4 milhões de euros, o que significa mais 2,25 milhões de euros e 27,5% face a 2022, a Aquisição de Bens de Investimento no valor de 8,8 milhões de euros, mais 800 mil euros e 9,8% que o orçamento anterior, destacando ainda o aumento das Transferências de Capital em 405 mil euros para 1,5 milhões de euros. -----

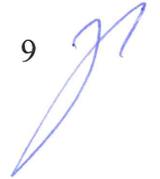
Em sentido contrário, temos a rubrica dos Bens do Domínio Público em que houve uma redução do valor em 1,7 milhões de euros e 10,23%, para 15,3 milhões de euros. -----

Estamos a falar, portanto de um investimento na ordem dos 25,8 milhões de euros distribuídos pelas mais diversas áreas de intervenção do Município. -----

Ao nível das Receitas destacamos o aumento de 2,59% dos Impostos Diretos para 10,8 milhões de euros, as Transferências Correntes aumentam 6% para 17,3 milhões de euros e a rubrica Transferências de Capital aumenta em 27,5% para 10,6 milhões de euros, face à previsão inicial de 2022. -----

Relativamente às Grandes Opções do Plano para 2023, demonstram um investimento total de 38,6 milhões de euros e 5,4% superior a 2022, distribuídos pelos seguintes objetivos: -----

- Educação - 5,7 milhões de euros -----



- Saúde – 1,0 milhão de euros -----
- Habitação e Urbanismo – 6,8 milhões de euros -----
- Saneamento e Salubridade – 1,0 milhão de euros -----
- Proteção Civil – 1,7 milhões de euros -----
- Desenvolvimento Económico – 6,1 milhão de euros -----
- Comunicações e Transportes – 7,9 milhões de euros -----
- Defesa do Meio Ambiente – 762 mil euros -----
- Instalações Municipais – 2,0 milhões de euros -----
- Ação Social - 644 mil euros, realce para o aumento de 237 mil euros relativo a 2022. Estamos a falar fundamentalmente do apoio às IPSS e ao Programa de Ação Social do Município -----
- Cultura, Desporto e Tempos Livres – 3,6 milhões de euros, o que significa um aumento de 1,2 milhões de euros, em que se destacam os apoios ao Parque Desportivo de Fátima, a programação do Teatro Municipal de Ourém e o apoio ao Associativismo -----
- Freguesias – 1,4 milhões de euros, ou seja, um aumento substancial de 600 mil euros no apoio às Freguesias, em que se destaca o investimento em Casas Mortuárias, Cemitérios e parque de lazer. -----

Com este exercício orçamental, fica claro, a resposta musculada às necessidades mais prementes do nosso território, promovendo o desenvolvimento sustentável e a competitividade local, dinamizando o património cultural, histórico e ambiental, garantindo assim a coesão social e qualidade de vida dos Oureenses. -----

Tudo isto é alcançado, sem perder o rigor financeiro, mantendo uma dívida inferior a 20% da capacidade legal admissível e apesar do aumento significativo de algumas Despesas Correntes, conforme evidenciado, anteriormente, consequências, sobretudo, do período inflacionário que atravessamos, a gestão orçamental do Município prevê um superavit ou poupança corrente próximo de 3,5 milhões de euros, o que permite financiar o nível das Despesas de Capital com receitas Correntes. -----

É com estes fortes fundamentos económico – financeiros que a bancada do Partido Social Democrata vota, favoravelmente, o orçamento Municipal e Grandes opções do Plano 2023-2027.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Agradecer às bancadas do PSD e do CDS o apoio a este orçamento e as declarações que aqui nos trouxeram. -----

Ao senhor deputado João Pereira. Já ando aqui há alguns anos e o método utilizado este ano foi o que foi utilizado estes anos todos. Exatamente igual. Está certo? Não sei. Mas, foi sempre assim que foi utilizado. No passado, o MOVE esteve na Assembleia Municipal. Anteriormente, esteve também no executivo e no mandato anterior esteve também na Assembleia Municipal e a questão nunca foi colocada. No orçamento do ano passado, o senhor deputado já aqui estava e não colocou a questão. não sei se tem a ver com a nova liderança da sua força política, mas é uma novidade que traz aqui. Teremos de ver se estamos a proceder bem ou não. Se não estivermos a proceder bem, obviamente, estaremos sempre disponíveis para alterar. Penso que atuamos de acordo com a Lei. Remetemos os documentos para a Assembleia Municipal, em conformidade com a lei, até 30 de novembro. Penso que cumprimos com o que está na Lei. Sempre foi assim, pelo menos desde 2009, desde que aqui estou. Penso que está em conformidade com a Lei, mas se o senhor deputado diz que não, teremos de ver internamente o que se poderemos melhorar, se for caso disso. -----

Senhor deputado Nuno Baptista traz aqui algumas questões e eu começava pelo fim. Fico muito satisfeito do Partido Socialista votar contra porque vai vota contra o investimento de 25,8 milhões de euros e vai votar contra o aumento dos valores a transferir para as freguesias. ----- Auguro que no futuro, ao terem 5 passem a ter 3 porque a votar contra investimentos, está à vista de todos o que poderá acontecer no futuro. -----

Em relação ao resultado líquido financeiro, deixe-me dizer que, se há alguém que apresentou resultados positivos, nesta Câmara e ao longo destes 20 anos, fomos nós. já por 2 ou 3 vezes conseguimos apresentar resultados positivos. Os senhores que, no passado, nunca o conseguiram fazer e que votaram sempre a favor, quando estavam no executivo, das contas municipais, nestas 3 vezes que foram apresentados resultados positivos, abstiveram-se. É a coerência que os senhores têm. Em relação ao resultado líquido, penso estamos entendidos. – Aumento do endividamento. O senhor trouxe aqui que, em 2009, quando estavam no executivo acusavam que a Câmara estava muito endividada, 37 milhões de euros, de acordo com os números oficiais do executivo. Em 2012 ou 2013, não consigo precisar, entrou em vigor a lei dos Compromissos e ainda bem, como disse alguém, senão o descalabro era maior. Convidoo, em abril, aquando do Relatório de Contas, onde aparece o gráfico da evolução da dívida municipal desde 2002 até ao presente. Não sou eu que digo, são os relatórios oficiais do Município. Terá oportunidade de verificar qual foi o teto máximo da dívida municipal. Vê e depois diz-me quem estava no executivo nessa altura, se era o PSD ou o PS. Em abril veremos



o gráfico que está feito para os senhores verem que, efetivamente, a dívida começou a baixar desde a entrada em vigor da Lei dos Compromissos. Senão era à Partido Socialista, o descalabro completo, como já tivemos no Estado Central, como todos nós conhecemos. -----  
Fundo de emergência municipal. o senhor deputado diz que deveríamos aumentar o fundo de emergência municipal, mas, ao mesmo tempo vem dizer que deveríamos baixar os impostos. Baixar impostos, menos receita. Aumentar fundo de emergência municipal, não baixar o investimento nas freguesias, como fazíamos? Se me soubesse explicar, agradecia. -----  
Na elaboração do orçamento, poderíamos levar em conta alguns dos contributos do MOVE porque foram apresentados. Do Partido Socialista, se estivéssemos à espera deles, ainda hoje não teríamos orçamento, nem um contributo foi apresentado. Como é que os senhores, agora, votam contra uma coisa que nem sequer contribuíram para ela. Não apareceu documento nenhum do contributo do Partido Socialista. -----

Valor excessivo do saldo de gerência. Penso que o Dr. Fernando Marques e o deputado Jorge Silva ajudaram a que percebesse, de uma vez por todas, qual a origem deste saldo de gerência. Não acha estranho que se o valor estivesse disponível, nós não tivéssemos a necessidade de ter de recorrer ao empréstimo de 3 milhões de euros, há dois anos atrás. Se o valor estivesse disponível, certamente, não estaríamos bons da cabeça que com 12 ou 10 milhões de euros na conta bancária, tivéssemos de recorrer ao empréstimo bancário de 3 milhões de euros para fazer três intervenções: estrada da Loureira, ligação do IC9 e a Francisco Sá Carneiro. Se recorremos é porque não tínhamos dinheiro para o fazer. se tínhamos dinheiro disponível não necessitávamos de recorrer ao banco para podermos fazer as obras. Se recorremos é porque precisávamos do dinheiro para o fazer. a melhor forma de desmistificar o dinheiro que está disponível na conta do Município. -----

Muito obrigado” -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, solicitou a palavra, expondo o seguinte: “Gostaria de esclarecer algo que foi aqui dito. -----

Primeira questão. Ninguém aqui, é mais ou menos esperto. Uns mais ou menos inteligentes. Uns tem mais dificuldades de perceção do que os outros. Parece-me relevante isso. -----  
Se fomos todos eleitos, os que estamos aqui, é porque as pessoas reconheceram algumas capacidades. Algumas coisas que disse e alguns apartes que ouvi, não há pessoas diferentes. Podemos ter ideias diferentes. Devemos ter ideias diferentes. Acho que isso é que é o



fundamental da democracia. Nem a sua ideia é a melhor de todas, nem a única. Nem a nossa está sempre errada ou sempre certa. É o fundamento da democracia. -----

Quando diz que nas próximas eleições seremos menos, sei que é seu objetivo que não haja oposição, mas isso é o pior que possa acontecer. Quando não há oposição é o pior que possa acontecer. -----

Para que fique bem claro, o Partido Socialista não se opõe ao orçamento, às obras de 25 milhões de euros, não se opõe a nada disso. Opõe-se à maneira como o orçamento é feito. Opõe-se ao documento na sua globalidade. Não nos opomos à melhoria das condições de vida dos ourenses. -----

Já não é a primeira vez que diz isso, por não concordarmos com a maneira como o orçamento é feito. Não se vai buscar uma ou duas coisas para dizer que vamos impedir isso. Isso não é verdade. Nós queríamos mais, é a diferença. Votamos contra porque queríamos mais.” -----

**----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA, A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 05 VOTOS CONTRA GRUPO MUNICIPAL PS; 02 ABSTENÇÕES – 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA; 27 VOTOS A FAVOR – 23 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PS – 33 PRESENÇA ---**

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 13 de dezembro 2022. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,